



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Experiências em Educação do Campo: perspectivas e práticas pedagógicas
Sinop, v. 7, n. 3 (20. ed.), p. 1604-1629, ago./dez. 2016

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO AMAPÁ: um estudo na Escola Família Agrícola do Pacuí

Uédio Robds Leite da Silva

Universidade Federal do Amapá, Oiapoque/AP - Brasil

Vitor Sousa Cunha Nery

Universidade do Estado do Amapá, Macapá/AP - Brasil

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compartilhar a trajetória da experiência da Pedagogia da Alternância no Amapá, bem como discutir as estratégias desenvolvidas pelos agricultores na aplicação de ações colaborativas Escola e Famílias, rompendo o isolamento entre o contexto escolar e o familiar na formação/qualificação de seus filhos na Escola Família Agrícola do Pacuí (EFAP). A metodologia abrangeu pesquisa documental e bibliográfica, e entrevistas semi-estruturadas realizadas com os agricultores fundadores da EFAP. Os resultados indicam que a teoria pedagógica dialoga com a realidade do campo, potencializando a permanência dos jovens junto a suas famílias.

Palavras-chave: Pedagogia da Alternância. Amapá. Escola Família do Pacuí.

1 INTRODUÇÃO

O contexto no qual emerge a proposta educacional intitulada Pedagogia da Alternância tem sua origem em 1935, pensada pelo padre francês Abbé Granereau, pároco de uma pequena capela situada em uma localidade denominada de *Sérignac - Péboudou*, juntamente com um grupo de agricultores ligados a igreja católica, insatisfeitos com o sistema educacional de seu país, o qual não atendia as especificidades de uma educação para o meio rural (GIMONET, 2007).

Diante disso, esse grupo de agricultores iniciou uma experiência piloto no povoado de Lanzun, utilizando o espaço da igreja para encontros presenciais. Segundo Nosella (2007, p. 18):

[...] o jovem Granereau, esbarrava, de um lado, em um estado desinteressado dos problemas do campo e voltado única e exclusivamente para a fórmula escolar urbana; e, de outro lado, diante de uma igreja intencionalmente voltada para o homem do campo, mas sem nenhuma fórmula educacional capaz de responder realisticamente aos problemas da lavoura.

Diante daquela realidade, restava ao jovem padre uma alternativa: criar uma nova forma de organização da educação. Contudo, não foi casualidade essa tomada de posicionamento, pois o idealizador da Pedagogia da Alternância há muito tempo desenvolvia trabalhos junto aos sindicatos rurais, comunidades rurais e com as atividades da Igreja Católica. Nosella (2007) reitera que o jovem padre conhecia a realidade do meio rural, o que o possibilitou pensar em processos educacionais para os filhos dos agricultores.

A forma de aprendizado era uma novidade para os alunos do meio rural, pois alternava os tempos escolares: uma semana o jovem passaria nas dependências da igreja e duas ele ficaria na propriedade. Na semana na igreja desenvolveria diversas atividades educativas e nas semanas na comunidade reuniria elementos, observaria a realidade, sistematizaria as principais dificuldades das comunidades e da família e no retorno faria a socialização com os demais colegas na tentativa de encontrar soluções para as problemáticas que estavam sendo evidenciadas, sendo uma mistura de escola e casa, de tempos na escola (Igreja) e tempos com atividades na comunidade.

Segundo Gimonet (1999, p. 40) “fora de estruturas escolares e sem referência pedagógica, inventaram uma forma de educação que seus filhos não recusariam por que ela responderia as suas necessidades fundamentais”. Assim, começaram a desenvolver uma proposta de educação, tendo como princípio fundamental a participação de todos os sujeitos, entre eles, pais de alunos, as organizações locais e os membros da escola.

Conforme Almada (2005, p. 43) inicialmente a experiência teve “apenas cinco jovens com idade entre 13 a 15 anos, que passavam três semanas em sua

propriedade e uma semana de internato nas dependências da igreja”. O nome foi escolhido em consequência da forma como era organizado o aprendizado escolar, ou seja, funcionava como uma casa para os jovens rurais. A primeira escola foi batizada de Casa Familiar Rural de Lanzun, em homenagem ao pequeno povoado francês onde se localizava, sendo criada a primeira *Maisons Familiales Rurales* ou Casa Familiar Rural.

A primeira Casa Familiar Rural iniciou com poucos alunos, e logo após a formação da primeira turma, surgiram mais alunos filhos de agricultores interessados em estudar em uma escola que tinha como proposta pedagógica a Pedagogia da Alternância. A proposta começou a fortalecer-se entre as duas guerras mundiais, num contexto de profunda crise da agricultura e outros setores.

Segundo Nosella (2007, p. 81) “o objetivo da Pedagogia da Alternância não foi o de melhorar a escola tradicional, mas sim, criar outra escola”. As palavras do autor expressam que a intencionalidade da proposta pedagógica não era fazer uma intervenção no sistema educacional francês, mas propor outros princípios, diretrizes, conceitos e perspectivas para a educação do meio rural.

Durante os anos 60, surgiram Escolas Famílias na Itália, Espanha, Norte da África, Argentina e Brasil. No Brasil, as experiências que adotaram a Pedagogia da Alternância e chegaram primeiramente a dois modelos: As Escolas Famílias Agrícolas e as Casas Familiares Rurais. As Escolas Famílias Agrícolas (EFA's) foram implantadas no Espírito Santo no ano de 1968, pelo padre jesuíta Umberto Pietrogrande (NOSELLA, 2012).

Segundo Oliveira (2009), em 1968, no sul do Espírito Santo, um padre italiano, Humberto Pietrogrande, estabeleceu-se no município de Anchieta e sensibilizado com a situação sociopolítica da região, em plena ditadura militar, e com problemas no meio rural, convivendo com os efeitos perversos da Revolução Verde, que estimulava o preparo de grandes extensões de terra, cultivadas por máquinas e defensivos agrícolas.

Oliveira (2009) expõe que Pietrogrande conhecia a Escola Família Agrícola, da Itália e, por meio do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) e do apoio institucional e financeiro da Igreja Católica e da sociedade italiana implantou as primeiras experiências de EFA's brasileiras. Hoje se encontram organizadas a nível nacional por meio da União Nacional das Escolas Famílias

Agrícolas do Brasil (UNEFAB), entidade criada em 1982. A expansão destas escolas pelo Brasil se deu com a presença de religiosos, principalmente das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica.

No Amapá o surgimento das Escolas Família Agrícolas, se deu motivada por dois fatores: o primeiro foi uma visita de pessoas simpatizantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Amapá-STR, à Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos-EARA, em Manaus (Enxadao, 1982), que divulgaram amplamente o que haviam visto. Esta escola foi co-fundada e era dirigida pelo casal, ex-Padre Alessandro Rigamonti, que já havia sido Pároco em São Joaquim do Pacuí, que ao deixar a batina, casou com Maria José. Tal fato explica em muito a implantação da EFA na região do Pacuí. Já o segundo fator está ligado ao resultado dessa visita, porém num protagonismo da Diocese de Macapá, da Sociedade Central dos Agricultores do Território Federal do Amapá (SOCEAP), da UNEFAB, da Comunidade Paroquial de Porto Grande, e da Comunidade de agricultores da região do Pacuí. Estas duas últimas entidades buscavam formas de alterações nas práticas da agricultura, ao tempo em que proporcionasse uma formação para seus filhos, sem manda-los para a cidade. Para isso, buscou-se referência no que já vinha ocorrendo no Estado Espírito Santo, cuja estratégia de aporte financeiro para a implantação do projeto, a Diocese de Macapá buscou apoio financeiro internacional, sendo firmado um convênio com o governo Italiano (PROGRAMMI NON GOVERNATIVI, 1985).

O instrumento utilizado foi um convênio (Programa 685 AES-BRA), tendo como interveniente a Associação dos Amigos do Estado Brasileiro do Espírito Santo–Centro de Colaboração Comunitária (AES-CCC), com a responsabilidade sendo da Diocese de Macapá. Dentre seus objetivos específicos, um estabelecia de forma clara que era para a “Construção e Organização de 3 Escolas-Famílias Agrícolas”. Sua duração se daria no período de 1986-1992, cuja origem se deu pelo:

Pedido feito por parte da Diocese de Macapá através da Soceap. Os primeiros contatos foram feitos no início de 1984. Foram feitas 2 visitas de estudo da situação (uma em 1984 e outra em 1995). Além de outros contatos na Itália com pessoas que exercem atividades de base em Amapá (p. 1).

Objetivando dar início as atividades previstas no projeto, houve uma reunião preparatória para a tomada de algumas decisões quanto a implantação das três

Escolas Famílias em localidades dos Estados do Amapá e Pará. A reunião aconteceu na sede da Soceap, e estavam presentes os senhores: Silvano Passagnolo, representando o AES, Pedro Ramos de Souza e Benedito Gomes de Almeida, pela Soceap, o Vigário Geral da Diocese de Macapá, Pe. Rogério Alicino, e Pe. João Gadda. Dentre as decisões tomadas, destacamos as seguintes:

Colocação das Escolas. - Na área de São Joaquim do Pacuí há três propostas a serem estudadas pelo Pe. João em conjunto com a Comunidade. Na área da Estrada de Ferro há três propostas para ser estudada pelo senhor Benedito. A terceira Escola será realizada nas ilhas do Pará, na localidade Moura, dependendo da resolução de compra ou doação de terrenos aptos. [...] Acompanhamento dos voluntários. O Pe. João Gadda fica responsável da acolhida e do Entrosamento dos voluntários italianos, junto com o Pe. Ângelo Da Maren. (ATA, p.1).

Mesmo havendo aporte financeiro, a contrapartida deveria ser em forma de serviços, daí o compromisso das comunidades com a garantia da mão de obra em forma de mutirão, o que demandaria uma equipe de coordenação para articular os agricultores na construção e implantação das EFAs. Como estava previsto no projeto, a sensibilização e organização das comunidades seria feita por voluntários que conduziram a construção das Escolas, e também trabalharia para selecionar os monitores para atuarem no funcionamento das escolas. Nesse sentido, alguns voluntários Italianos, foram trazidos para o Amapá, tendo como seu principal articulador, o padre João Gadda, que contribuiu com a implantação da Associação das Famílias da Escola Família Agrícola da Região do Pacuí-AFEPARP, entidade coletiva comunitária responsável e mantenedora da EFA do Pacuí/AP, o ano de 1988, na qual o primeiro ato da presidente dessa associação foi a assinatura do dispositivo de criação da primeira Escola Família Agrícola do Amapá, a Escola Família Agrícola da Região do Pacuí-EFAP, cujo início das aulas ocorreu no dia 04 de abril do ano de 1989, com 18 jovens da região (CPT, p. 6. 1989).

Diante desse cenário, nos propomos nesse artigo compartilhar a trajetória da experiência da Pedagogia da Alternância no Amapá, bem como discutir as estratégias desenvolvidas pelos agricultores na aplicação de ações colaborativas Escola e Famílias, rompendo o isolamento entre o contexto escolar e o familiar para a formação/qualificação de seus filhos na Escola Família Agrícola do Pacuí-EFAP, localizada na comunidade de São Joaquim do Pacuí, distrito do Pacuí, na Rodovia

Macapá/Cutias no estado do Amapá-Brasil. Essa escola, de propriedade dos agricultores, foi criada em 1988 por moradores de algumas das muitas comunidades locais a saber: Corre Água/AP, Tracajatuba/AP, São Joaquim do Pacuí/AP, Ponta Grossa/AP e Alta Floresta/AP.

Para atingir tal propósito, metodologicamente nos apoiamos no tipo de pesquisa bibliográfica e documental realizada em livros, boletins, convênio AES-BRA, revistas científicas, monografias de graduação, dissertações de mestrado, teses de doutorado e documentos oficiais da Escola Família Agrícola do Pacuí, como por exemplo, o seu Projeto Político Pedagógico. Também foi realizada entrevistas semi-estruturadas realizadas com trabalhadores rurais e agricultores fundadores da EFAP.

A participação na entrevista se deu de forma voluntária, tendo sido garantido o anonimato do entrevistado. Assim, o voluntarismo e a garantia de sigilo da fonte das informações propiciaram um diálogo tranquilo e amistoso. Isso foi fundamental por criar condições para que o entrevistado pudesse exercer sua liberdade ao expressar suas opiniões (SILVA, 2010, p. 39).

As discussões estão organizadas em três categorias nas quais se analisam questões relevantes da trajetória da Pedagogia da Alternância na Escola Família Agrícola do Pacuí. A primeira, referente ao arcabouço do movimento das Escolas Famílias e o conceito adotado de Pedagogia da Alternância e a Educação do Campo. A segunda analisa a mobilização dos agricultores e colaboradores em torno da implantação do projeto Escola Família na Região do Pacuí, com a busca de experiências exitosas. E, a terceira é sobre a adoção da Pedagogia da Alternância como alternativa inovadora frente aos conflitos no contexto rural da escola Família Agrícola do Pacuí.

2 PEDAGOGIA DA ALTERNANCIA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Pedagogia da Alternância vem sendo usada na formação de jovens e adultos do campo, visto ser esta uma proposta pedagógica e metodológica capaz de atender as necessidades da articulação entre escolarização e trabalho, propiciando a esses indivíduos o acesso à escola sem que tenham que deixar de trabalhar (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Assumindo o trabalho como princípio educativo, a Pedagogia da Alternância permite aos jovens do campo a possibilidade de continuar os estudos e de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outrem, mas como conhecimentos conquistados e construídos a partir da problematização de sua realidade, que passa pela pesquisa, pelo olhar distanciado do pesquisador sobre o seu cotidiano.

Segundo Begnami (2004), o conceito de alternância vem sendo definido, entre muitos autores, como um processo contínuo de aprendizagem e formação na descontinuidade de atividades e na sucessão integrada de espaços e tempos. A formação inclui e transcende o espaço escolar, e, portanto, a experiência torna-se um lugar com estatuto de aprendizagem e produção de saberes em que o sujeito assume seu papel de ator protagonista, apropriando-se individual e coletivamente do seu processo de formação.

De acordo com Gimonet (2007, p. 15), a Pedagogia da Alternância está fundamentada em quatro pilares, dois pilares da ordem das finalidades que buscam a formação integral (projeto pessoal) e o desenvolvimento do meio (socioeconômico, humano, político, etc.). E dois pilares da ordem dos meios que buscam a associação (pais, famílias, profissionais) e a alternância.

No contexto da educação do campo e em termos metodológicos alternância pedagógica consiste em uma organização didática pedagógica, que alterna tempos e espaços de aprendizagens, em tempo escola (TE) e tempo comunidade (TC).

Para Ribeiro (2010, p. 293) o termo alternância pedagógica é polissêmico, fato que pode ser compreendido pelas seguintes razões: “[...] as atividades de aprendizagens são construídas de maneira diversas, de acordo com os sujeitos que as assumem, as regiões onde ocorrem as experiências, e as concepções teóricas que fundamentam suas práticas [...]”

Contudo, as diversas concepções, também apresentam elementos comuns, como a articulação entre o tempo destinado as atividades escolares e o tempo reservado para as atividades de trabalho e relação teoria e prática. A alternância diante disso pretende romper com a dualidade entre teoria e prática, entre trabalho manual intelectual no processo formativo dos alunos.

As origens históricas da alternância pedagógica, no que tange a suas concepções e princípios fazem parte do contexto das lutas dos povos do campo pela

garantia de direito à educação a partir de seus referenciais culturais, saberes e práticas sociais. Educação esta que não deve ser dualista e fragmentada entre teoria e prática, entre trabalho manual e intelectual para os povos que vivem e trabalham no campo.

Um aspecto fundamental que não pode ficar ausente das discussões acerca das políticas educacionais para o campo, é o reconhecimento por parte daqueles que elaboram as políticas públicas de que o campo está vivo e em constante movimento. Nesse sentido, Caldart (2000, p. 41) afirma que o campo no Brasil é um “espaço de tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores e trabalhadoras da terra” que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos. Esse movimento percebe que é a escola que deve a ele se ajustar, em sua forma e conteúdo, aos sujeitos que dela necessitam; é a escola que deve ir ao encontro dos educandos, e não o contrário.

Nas duas últimas décadas do século XXI, houve avanços fundamentais na afirmação da Educação do Campo, principalmente no que tange às políticas públicas. Em 2002 devido as pressões dos movimentos sociais houve a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, pelo Conselho Nacional de Educação/CEB.

Em 2006 a aprovação do Parecer nº 01/2006 que reconhece os dias letivos para a aplicação da alternância foi um marco significativo para a história da Pedagogia da Alternância. Esse parecer é um avanço importante, uma vez que um dos grandes problemas enfrentados pelas experiências que adotam a Pedagogia da Alternância é o processo de certificação. O reconhecimento dos dias letivos para a aplicação da Alternância possibilitam o reconhecimento legal dos CEFFA's e conseqüentemente a certificação dos jovens.

A aprovação deste parecer significa o reconhecimento do que pontua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) que reconhece que a educação não acontece somente nos espaços de sala de aula, mas desenvolve-se também em outros espaços socioeducativos. É o reconhecimento do trabalho que os inúmeros movimentos sociais vêm desenvolvendo no campo, e que fogem ao padrão da escolarização adotado nos sistemas de ensino no Brasil.

Em 2003 foi constituído o Grupo Permanente de Trabalho e Educação do Campo e em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e

Diversidade (SECAD) com o objetivo de servir de espaços de discussão coletiva, articulando as ações dos Ministérios (Educação e Desenvolvimento Agrário) em relação à implementação das Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo.

Ao mesmo tempo, se fortalecem diversos espaços de discussões entre eles, Conferências, Fórum, Palestras, criação de Grupos de Trabalhos, Grupos de Pesquisas, dissertações, teses, etc., mostrando que a educação para os filhos dos trabalhadores deve ter um lugar na agenda política do país. Apesar de todos esses avanços, percebe-se que o caminho é longo e que o processo é lento.

Entretanto, o que se observa ao analisar a realidade brasileira é que existe um grande distanciamento das questões legais e sua operacionalização. Arroyo (1982, p. 15) pontua que “entre a intenção de uma política expressa no discurso e na lei e sua implementação há grande distância”.

Ainda hoje, na maioria dos municípios brasileiros, a educação desenvolvida no meio rural traz como modelo pedagógico uma única forma de entender e de trabalhar os processos formativos, caminhando em sentido oposto ao que vêm sendo defendido pelos movimentos sociais e indicado na legislação vigente.

Segundo Hage (2005), a realidade vivenciada pelos sujeitos nas escolas existentes no campo evidencia grandes desafios a serem enfrentados para que sejam cumpridos os marcos operacionais anunciados nas legislações educacionais, uma vez que a realidade que se apresenta são denunciadoras e preocupante. Os dados do Censo Escolar do Inep (2011) revelam que do total de 29.830.007 pessoas que vivem no campo em nosso país, somente 21% acessam a escola, uma vez que existem 6,3 milhões de matrículas nas escolas do meio rural. No Amapá do total de matriculados, 39.595 (17,30%) estão na zona rural e 189.238 (82,70%) na zona urbana.

Os dados acima nos revelam que somente a institucionalização de leis não é suficiente para mudar o retrato educacional do campo, pois muito ainda precisa ser feito. Nesse sentido, discutir educação do campo na Amazônia, em especial as Escolas Famílias no Amapá, torna-se relevante para percebermos como foi seu processo de implantação e implementação e como elas vêm sendo tratadas no âmbito das políticas públicas educacionais.

3 CRIAÇÃO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO PACUÍ

O surgimento das Escolas Famílias Agrícolas no Estado do Amapá envolveu diversos atores que se organizaram para concretizar o sonho de uma educação melhor no campo.

Em 1982, uma notícia intitulada **Esperança em Manaus** do boletim da Comissão Pastoral da Terra-CPT em 1982, dá conta de que “dois amigos de nosso STR, passaram em Manaus e visitaram a ‘Escola Agrícola’ que funciona naquela cidade há alguns anos”. E, relatando o que haviam experienciado, dizem: “duas coisas achamos particularmente positivas e originais”:

Os rapazes são responsáveis por tudo: desde o estudo, até o trabalho prático e também da organização e funcionamento da casa onde moram por 4 anos. Isso ajuda a se tornarem responsáveis e cuidar de tudo, sem deixar estragar nada, pois tudo é ‘DELES’ e deverá servir também a outras turma [...] São aplicadas apenas técnicas e meios que o rapaz encontra também na sua própria roça. Nada de coisas sofisticadas e caras. Tudo é feito com a força dos braços, no lugar das máquinas é usada a tração animal, e assim por diante (CPT, 1982).

Trata-se da Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos-EARA, em Manaus, que oferecia educação formal, gratuita, para filhos das diversas categorias de trabalhadores e trabalhadoras do campo, e que recebia os jovens de todos os Estados da região norte, sendo a maior frequência jovens do próprio Estado do Amazonas. Funcionava em regime de internato e, até aquele momento, recebia apenas rapazes. O boletim informa (CPT, 1982), que o STR do Amapá foi convidado a fazer uma visita àquela escola e, se “acharmos bom, enviar alguns de nossos jovens”.

Já na primeira edição do ano, o boletim (1983) traz a seguinte informação: “já demos notícia, neste jornal, da ESCOLA AGRÍCOLA organizada pelos nossos amigos Sandro Rigamonti e Maria José”. Informando ainda, que estes ofereceram vagas para o STR, e que já serão enviados dois rapazes que estão se preparando para viajar e ir estudar naquela escola, os quais são: José Bosco Estevam, da comunidade de Cupixi, região da estrada de Ferro, município de Porto Grande/AP, e Valdir Silva da Conceição, da comunidade de Tracajatuba/AP, região do Pacuí, município de Macapá. Na edição do meio do ano destaca que em junho de 1983, os referidos alunos escreveram ao boletim dando notícias de sua adaptação àquela escola (CPT, 1983).

Nesse sentido, de acordo com Souza (2003), no final do ano de 1983, o Padre Ângelo Da Maren, articulou uma parceria com a organização italiana AAES (Associação dos Amigos do Espírito Santo), que, por meio de recursos advindos do governo italiano, tinha o objetivo de implementar projetos sociais em países sul americanos.

No Amapá, a primeira experiência de Implantação de uma Escola-Família Agrícola ocorreu em São Joaquim do Pacuí e na Comunidade de Cachorrinho/AP, cuja iniciativa foi dos agricultores por meio do STR, da Soceap e da Diocese de Macapá.

Para a implantação do projeto foi trazido um grupo de voluntários italianos vinculados à ONG italiana - AES, em colaboração com a Diocese de Macapá (SOUZA, 2003). Com essas ações ocorreu a implantação da primeira Escola Família Agrícola em plena região amazônica.

Com a chegada dos voluntários foi realizada uma reunião, motivada pelo STR em conjunto com Soceap, para o planejamento das atividades para a implantação das Escolas Famílias. Uma das decisões foi que se deveria conhecer melhor a realidade da educação do campo na Amazônia, e para isso, ficou decidido que se fizesse uma visita à Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos, em Manaus/AM, e no Núcleo de Treinamento Intensivo (NIT), em Urucará/AM, naquele momento com 17 anos e 12 anos de funcionamento, respectivamente.

Outro motivo para a visita ao Estado do Amazonas, diz respeito à relação das famílias da região do Pacuí com a EARA, pois no ano anterior, em 1987, foram enviados outros 6 jovens da região para estudar naquela escola, que ainda contava com apenas um dos rapazes que haviam sido enviados anteriormente, o de Tracajatuba (região do Pacuí).

Após a viagem ao Estado do Amazonas foram realizadas reuniões, entre a Soceap os Voluntários, nas localidades do Cachorrinho, na região da Perimetral norte/Estrada de Ferro, e depois na região do Pacuí com as comunidades mais próximas. O objetivo era de esclarecer o papel e funcionamento de um tipo de escola, as Escolas Famílias. A articulação inicial ocorreu por meio do Padre João Gadda com as comunidades da região do Pacuí, no município de Macapá e comunidades do município de Cutias do Araguari. As atividades, no Pacuí, começariam ainda em agosto de 1988, como já exposto com a mão de obra toda

local, em regime de mutirão e funcionamento da EFA do Pacuí em abril de 1989, sendo a primeira Escola-Família implantada e em funcionamento, não apenas no Estado do Amapá, mas em toda a Amazônia brasileira.

Nesse sentido, ao entrevistar um dos fundadores da Associação das Famílias da Escola Família Agrícola da Região do Pacuí-AFEFARP, o qual também é um dos fundadores da Escola Família Agrícola do Pacuí - EFAP, o mesmo destacou os fatos iniciais que determinaram o seu envolvimento no projeto educativo para a região, bem como para seus filhos.

[...] Quando nossos dois filhos, e outros cinco jovens, filhos de outras comunidades daqui da região, foram prá Manaus estudar, nós já tinha a intenção de criar uma escola aqui, por intermédio do Padre João Gadda, ele era o padre da paróquia daqui, uma pessoa que se preocupava muito com os agricultores (Entrevistado A, 05 de março de 2016).

A fala do entrevistado elucida que mesmo antes da construção da EFAP, dois de seus filhos foram enviados para estudar em Manaus, em uma escola agrícola, que mesmo não tendo a metodologia da pedagogia da alternância, discutia a problemática do campo, a partir do meio rural.

Em outro momento, o entrevistado destaca a preocupação com uma escola que trabalhasse a realidade na qual a experiência fosse valorizada, bem como se buscasse alternativas para a estrutura produtiva existente, de modo a modificar ou incorporar novas técnicas ao processo produtivo. Assim:

A gente sempre teve esse anseio, quando a gente pensava em criar a escola, pensava nos filhos. Eles já estavam rapaz. Mas a gente tinha muito interesse, primeiro porque a gente era novo, tinha vontade de modificar a agricultura da gente, que era só mandioca. Inclusive quem trouxe essa notícia pra nós foi o Padre João Gadda, que disse da Escola Rainha dos Apóstolos, em Manaus. Nesse tempo, nós começamos a construir a escola daqui [...] na época a gente fazia mutirão, existia muito interesse. Mutirão com cento e poucas pessoas, homens, mulheres e crianças. Lá mesmo fazia refeição, todos estavam muito animados com o projeto (Entrevistado A, 05 de março de 2016).

Pela fala acima, fica claro que a EFAP começou a ser implantada por meio de mutirões realizados por algumas das muitas comunidades que formam a região do Pacuí, no município de Macapá, e a comunidade de Alta Floresta, no município de Cutias do Araguari, conforme melhor elucidação: “Participavam dos mutirões para a

criação da EFAP, foi o pessoal do São Joaquim do Pacuí, Corre Água, Ponta Grossa, Tracajatuba I e II, a comunidade dois irmãos e Salamito (entrevistados C e D)”. Essas comunidades sentiram estimuladas pelo depoimento dos agricultores locais após o retorno da visita feita à Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos, em Manaus, conforme fala abaixo:

O que nós vimos em Manaus foi um incentivo muito grande, uma escola realmente funcionando, uma escola muito boa. Uma experiência muito boa que vimos, quando voltamos, reunimos com as comunidades e começamos a trabalhar (Entrevistados A; E e F).

Diante disso, foram organizadas e iniciadas as atividades de construção da Escola, inicialmente “Foi construído primeiro um prédio – (Entrevistada B)”, compartimentado para abrigar a sala de aula, cozinha e outra para tarefas administrativas. Seu funcionamento iniciou em 1989, tendo como primeiro objetivo atender à clientela estudantil, filhos de agricultores, apenas com conhecimento técnico na área agrícola, sem vinculação documental.

A partir de 1991, com discussões pela AFEFARP sobre a necessidade da documentação escolar foi iniciado um processo de registro da Escola e Reconhecimento de seu funcionamento no âmbito do Conselho Estadual de Educação-CEE e ao Ministério da Educação-MEC.

Nesse ano de 1991, por decisão colegiada da AFEFARP, convidou-se o então ex-diretor da Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos-EARA, Alessandro Rigamonti e sua esposa, Maria José de Souza Rigamonti, coordenadora pedagógica da EARA, ambos com mais de vinte anos de experiência em educação do campo, para auxiliarem na regulamentação da EFAP. Porém, como os voluntários italianos que já atuavam no projeto não concebiam que houvesse necessidade de realizar tal procedimento, discordaram da AFEFARP e desse modo resolveram sair da região do Pacuí, após essa curta experiência.

Com o andamento do processo de reconhecimento do curso na EFAP, foi implantado o ensino de 5^a a 8^a série, do ensino fundamental, e, posteriormente o Ensino Médio na modalidade Educação Profissional com o curso de Técnico Agropecuário na forma concomitante, e mais tarde se iniciou o Curso de Técnico em Agropecuária na forma subsequente.

Alessandro Rigamonti e Maria José Rigamonti tiveram importante papel para a consolidação e reconhecimento das escolas, não apenas a do Pacuí, mas também de outras que foram implantadas posteriormente em diversos locais no Estado do Amapá. Buscaram parcerias com órgãos nas três esferas de governo. Além disso, conseguiram, frente ao Conselho Estadual de Educação e ao MEC, o reconhecimento dos cursos profissionalizantes e a celebração de convênio com o governo do Estado do Amapá para o repasse de recursos para manutenção da escola, pagamento de salários de funcionários e alimentação escolar, que antes era feito pelas famílias com a doação de produtos de sua atividade. O processo de reconhecimento da Escola, também foi ratificado pelo seu reconhecimento como utilidade pública, sendo este contemplado pela lei estadual nº 0905, de 20 de julho de 2005, que dispõe sobre o apoio técnico-financeiro às Escolas Família do Amapá.

Apenas o Amapá, Espírito Santo e Minas Gerais possuem leis estaduais para o seu funcionamento e convênios assinados com os respectivos governos estaduais para a manutenção das escolas famílias, sendo que nos outros estados, as Escolas Famílias são mantidas pelas prefeituras (NOSELLA, 2012). Contudo, muitas vezes ocorre atraso na liberação dos recursos, causando diversos transtornos para o seu funcionamento e também na mudança de governos os convênios não são renovados.

Além disso, uma vez por ano, cada aluno deve trazer uma ferramenta de trabalho no campo para uso na EFAP. Os pais ainda possuem participação ativa nas atividades da escola, além de realizar cinco plantões de vinte e quatro horas ao longo do ano, conforme regimento escolar aprovado pelos próprios pais.

A Escola Família Agrícola do Pacuí possui uma área de 86 hectares e desde a sua fundação já atendeu 1.630 jovens, em sua maioria filhos e filhas de agricultores.

Atualmente atende 166 estudantes do ensino médio de ambos os sexos, destes 150 fazem o curso Técnico Profissionalizante em Agropecuária concomitante com ensino médio e 16 cursam na forma subsequente. Os alunos possuem idades que variam entre 13 e 30 anos, e são oriundos de 03 estados da Região Norte: Amapá, Pará e Mato Grosso (NEVES, 2015).

4 ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO PACUÍ E O FORTALECIMENTO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

As escolas que usam a Pedagogia da Alternância como metodologia de ensino são conhecidas como “Escola Família Agrícola” ou “Centros Familiares de Formação por Alternância”. Segundo Melo e Passos (2012, p. 244) a Pedagogia da Alternância consiste em uma relação de troca e interação de saberes. É o diálogo entre o saber sistematizado e o saber popular em que o educando das Escolas Famílias e a sua realidade (família, propriedade, comunidade) são o foco central do processo de ensino e aprendizagem.

Não existe alternância sem uma integração da família e do meio socioprofissional em que a escola está inserida. A organização das famílias, profissionais e instituições asseguram a originalidade desta pedagogia.

[...] a alternância não é uma facilidade pedagógica. Sua introdução modifica de fato, os componentes em jogo em toda situação educativa. Com a alternância, deixa-se uma pedagogia plana para uma pedagogia no espaço e no tempo. Não nos encontraremos mais somente na clássica triangulação professor-aluno-saber no seio de uma classe. Só a dinâmica da pedagogia ativa não basta e precisa entrar na pedagogia experiencial, na pedagogia da complexidade (GIMONET, 1998, p.51).

A Pedagogia da Alternância oportuniza meios para que o agricultor se aproprie dos conhecimentos somando com que já sabe e construa outros conhecimentos, criando as próprias condições de trabalho em sua comunidade, a partir da vivência que ele tem e do conhecimento que é capaz de gerar.

Na Pedagogia da Alternância existem vários instrumentos pedagógicos, a saber: Plano de Estudo; Estágio; Colocação em Comum; Tutoria; Coletivos de Jovens; Visita à Família e Comunidade; Visita e Viagem de Estudo; Serão de Estudo; Colaboração Externa; Cadernos Didáticos; Fichas de Trabalho; Atividade de Retorno-experiências; Projeto do Jovem Empreendedor Rural; Avaliação semanal; Avaliação formativa e o chamado “Caderno de Vida ou Caderno da Realidade”, este permite aos filhos dos agricultores “observação e análise direta da prática agrícola e estabelecer um elo entre a experiência, da vida familiar, social e o período escolar” (GIMONET, 2007, p. 32).

Os instrumentos pedagógicos foram surgindo a partir da junção das práticas pedagógicas com as reflexões teóricas que monitores, pedagogos, teóricos e especialistas foram elaborando no decorrer de sua construção. O que podemos perceber é que outros instrumentos poderão surgir dependendo da necessidade e realidade de cada escola família.

No processo de formação, inclui-se o conteúdo do núcleo comum instituído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, Lei 9.394 de 1996, articulado de forma interdisciplinar com os temas profissionalizantes chamados de temas geradores, cuja sistematização se dá por meio de diversos meios pedagógicos conhecidos como ferramentas ou instrumentos pedagógicos (MELO; PASSOS, 2012, p. 246). E ainda componentes curriculares específicos para cada realidade escolar estabelecido na sua matriz curricular aprovados pelos respectivos conselhos de educação, como ocorre com as EFA's no Amapá.

O Plano de Estudo é o principal instrumento da Pedagogia da Alternância, pois todos os outros derivam dele e permitem que a dinâmica Tempo Comunidade (TC) - Tempo Escola (TE) estejam interligadas. A partir do que é debatido e pesquisado no TE, estimula-se a observação e prática no TC de forma a levar os resultados para serem trabalhados no TE e assim sucessivamente, com a inserção de outras temáticas do Plano de Estudo (PINTO; GERMANI, 2013, p.11).

A Escola Família do Pacuí possui um sistema de avaliação contínua, onde os instrumentos de avaliação utilizados são: caderno de realidade, onde o aluno relata sua vida na escola e na propriedade familiar; provas convencionais; visita dos professores nas propriedades, no mínimo duas vezes por ano; e os planos de estudo, tarefa realizada no período de alternância (EFAP, 2000).

Considerando a relação metodológica de ação-reflexão-ação, os alunos participam de aulas regulares, e práticas de campo nos laboratórios de forma alternada. Os laboratórios incluem tanto práticas de agricultura, de pecuárias, práticas agroecológicas, assim como práticas alternativas de uso e manejo do solo.

A Escola Família Agrícola do Pacuí atende jovens agricultores e funciona no sistema de internato, com a pedagogia da alternância, na qual os alunos passam quatro semanas na escola e duas semanas nas propriedades com as suas famílias, discutindo os novos conhecimentos. A maioria dos alunos matriculados é oriundo de escolas públicas do Estado do Amapá, mas também a EFAP atende a comunidades

bastante distantes, como por exemplo, do Estado do Pará mais especificamente da região do Marajó e da região da Rodovia Transamazônica. Alguns desses alunos foram adotados por famílias da região para que possam estudar na EFAP, retornando apenas uma vez por ano para suas casas.

Os estudantes das escolas famílias agrícolas são os próprios atores de sua formação, porque segundo Gimonet (1998, p.52) “o alternante não é um aluno da escola, mas um ator sócio-profissional que entra em formação permanente por meio de diversas estratégias”.

Dentre elas destacamos a cooperação educativa, porque cada alternante, através de sua experiência de vida pessoal (familiar, profissional, social, cultural, etc.) é portador de saberes a serem transmitidos. Depois, uma estratégia pedagógica experiencial que visa ajudar a pessoa a se desenvolver, a dar sentido a conceitos a partir de situações de vida e pedagógicas implicantes e exploradas. E por fim, uma estratégia de autonomização.

A formação dos alunos das escolas famílias compreende-se uma formação em sentido amplo, pois como afirma Freire (2003, p.14), “formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas”. A formação nas escolas famílias dá-se em diferentes momentos, a começar pela história de cada um, de suas famílias, do onde vivem, do saber que historicamente vem sendo construído a partir da herança cultural e de saberes oriundos de seus ancestrais repassados de geração em geração.

Outro elemento a ser considerado na formação na Pedagogia da Alternância, são os processos de participação e intervenção nos movimentos sociais a que estão vinculados, assim como em suas formas de organização coletiva, a saber: assembléia, mutirões, e as lutas sociais por direitos de cidadania até então negados e usurpados pela ausência do Estado e suas políticas (MELO; PASSOS, 2012, p.247). E, de acordo com o entrevistado (Entrevistado G) o fortalecimento dos movimentos sociais permitiu que:

Em meados dos anos 2000, houve uma parceria com a UNICEF, pois esta pretendia fazer um diagnóstico na Escola objetivando conhecer melhor, tanto o histórico da Escola, quanto a Pedagogia da Alternância. Para isto, a Universidade Federal do Pará-UFPA foi orientada a fazer o levantamento das informações requeridas. Desse levantamento resultaram algumas recomendações no que a Escola Família poderia melhorar, uma delas seria

a intensificação das relações com as outras Escolas Famílias, que existiam no Estado. Daí começou-se a pensar na criação de uma rede das Escolas Famílias de modo que todas passassem a trabalhar de maneira mais uniforme e, portanto, melhorar a própria Pedagogia da Alternância, de modo que todas as Escolas atuassem do mesmo jeito, pois individualmente cada Escola trabalhava a Pedagogia da Alternância de forma diferenciada, daí o estudo apontar a necessidade do trabalho integrado. Disso resultou um processo de reuniões entre as Associações mantenedoras das demais EFAS, objetivando seguir essa orientação. Depois de certo tempo dessas reuniões, realizou-se uma reunião geral, que resultou na criação da Rede das Escolas Famílias do Estado do Amapá – RAEFAP (Entrevistado G).

Com a articulação das Escolas Famílias em rede, é possível o fortalecimento desses movimentos porque desta forma, essas lutas vêm se opondo ao pensamento latifundista empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra, fruto de uma educação que foi pensada para o meio rural, cuja referência é do produtivismo, ou seja, o campo passa a ser visto apenas como espaço de produção material.

Diante disso, o projeto político pedagógico e social das EFA's é uma forma de resistência e empoderamento das populações rurais, pois há um conflito cultural na motivação de existência deste modelo de escolas, devido ao estudante oriundo da zona rural não se identificar com o espaço, tempo e conteúdos abordados nas escolas rurais e urbanas (PINTO; GERMANI, 2013, p.12).

Esse conflito ocorre em decorrência do modelo de escola que é oferecido pelo Estado e o conhecimento que é veiculado. Por não valorizar o modo de vida rural e depreciá-lo, esse modelo estatal acaba fragilizando os laços do homem rural com sua cultura o deixando susceptível ao uso ou venda de sua propriedade de acordo apenas com os interesses econômicos vigentes.

Neste sentido, as Escolas Famílias Agrícolas apresentam mecanismos para a autonomia, liberdade e emancipação (RIBEIRO, 2010) das populações rurais. Por meio da associação local garante a autonomia de ação, logicamente seguindo critérios legais do Estado, quando se busca, por exemplo, garantir recursos públicos destinados à educação pelos governos federais, estaduais e municipais ao mesmo tempo que impõe a condição de escola não pertencente ao poder público. Desse modo, a fala do entrevistado abaixo, demonstra de forma inequívoca essa relação, pois:

A Afefarp é a mantenedora da EFAP, para isso firmava convênios com Governo Estadual, Federal e Municipal, a produção na Escola ajudava com a parte de alimentação e uma pequena contribuição dos Associados que

são os pais dos alunos que sempre ajudava. O forte mesmo era o convênio com o Estado, especificamente com a Secretaria de Estado da Educação. E, esporadicamente firmava-se outros convênios de menor valor para atividade específicas. O Município ajudou um pouco, bem no início da Escola, depois parou de ajudar (Entrevistados G).

A utilização da manutenção da Escola EFAP por meio de convênios intensificou-se em razão da aceitação o reconhecimento de que a Pedagogia da Alternância contribui nesse processo formando cidadãos conscientes de sua realidade e estimulados a serem sujeitos de transformação dela. Diante disso, compreender a intencionalidade da educação do campo e as reais necessidades da população do campo a respeito da educação oferecida pelo Estado, nos levam a necessidade de conhecer e divulgar esses modelos de educação, como é o caso das Escolas Famílias Agrícolas e os seus métodos pedagógicos utilizados, no caso deste estudo a Pedagogia da Alternância.

Sobre a Pedagogia da Alternância na Escola Família Agrícola do Pacuí no Amapá, os agricultores entrevistados falaram da dificuldade de colocar em prática esse método de ensino atualmente.

A Alternância sempre funcionou, agora que não funciona quase. Antes a gente andava mesmo. A gente ia nas comunidades, procurava saber o que o aluno estava fazendo, o que a família e a comunidade estava adotando dele, se via alguma diferença no conhecimento dele. Nessa visita ia o professor, um representante da associação e alguém da família (Entrevistados A e B).

O entrevistado ressalta a existência, em tempos anteriores, o funcionamento da Pedagogia da Alternância, destacando os procedimentos adotados para identificar as contribuições que o aluno estava trazendo para sua localidade e, particularmente para sua família. Destaca, também, que atualmente as visitas às famílias, um dos instrumentos da Pedagogia da Alternância, não está tendo a mesma densidade e continuidade de anos anteriores. Pois a medida que a Escola Família do Pacuí crescia, novas necessidades se apresentavam, e diante desses novos desafios, novas estratégias para superá-los. Foi assim, conforme esclarece a fala:

Por ocasião da construção e início do funcionamento, o único recurso que entrava era por conta da Ong. Italiana, não havia dinheiro do Brasil para o funcionamento da Escola, inclusive os funcionários que davam andamento ao projeto, eram pagos pelo governo italiano. Depois de um tempo,

começou-se a cortar esses recursos financeiros destinados ao investimento na Escola, pois a premissa dos Italianos era de que os pais dos alunos seriam quem deveria dar continuidade ao projeto, quem deveria tomar conta. Os pais começaram a tomar conta, mais chegou um tempo que não davam mais conta, pois a escola começou a crescer e os recursos dos pais eram insuficientes. Desse modo houve a necessidade de buscar financiamento com recursos do Brasil. E, uma das primeiras instituições a firmar convênio com a Afefarp, foi o FCBIA/FUNABEM e a Prefeitura de Macapá para ajudar com a alimentação dos alunos.

Quando esses recursos foram ficando escassos, o representante legal da Afefarp, Sr. Alessandro Rigamonti, conseguiu firmar convênio com a Secretaria Estadual de Educação para o a manutenção da EFAP, pagamento de professores e cozinheiras, firmado convênios com a Secretaria de Agricultura para projetos nos laboratórios de campo (Entrevistado G).

É importante referenciar essa trajetória, a fim de revelar a forma sob a qual a Escola foi sendo gerida, e como a gestão avançou no caminhar do custeio e investimentos com uma escola que é dos agricultores.

A princípio a Rede foi criada para a implementação da Pedagogia da Alternância de maneira mais uniforme para todas as Associadas, por meio de uma coordenação pedagógica que atenderia todas as Efas, ou seja, dar suporte para aquelas Escolas Famílias que não estivesse aplicando todos os instrumentos da Pedagogia da Alternância, de monitores. Entretanto ela foi crescendo, até chegar ao ponto em que o próprio governo do Estado preferia firmar convênio com a Rede, ao invés de fazer isoladamente, até para facilitar o processo de prestação de contas que algumas escolas apresentaram problemas ou pendências (Entrevistado G).

Portanto, o fortalecimento das Escolas Famílias e sua Pedagogia criaram condições materiais para que a espiral se ampliasse, e com ela novos caminhos passaram a ser trilhados, como por exemplo a celebração unificada de convênio, por meio da Rede, RAEFAP., que:

Desde meados de 2005 havia problemas nas primeiras parcelas que eram liberadas conforme já comentado anteriormente, agente teve até sorte, pois até 2009 foi regular, e, inclusive em 2008, os recursos foram liberados no início do ano, permitindo as aquisições com pagamento à vista, o que até então não havia sido feito. (Entrevistado H).

Cabe destacar, que de acordo com a direção da EFAP, atualmente a escola está há seis meses, nesse ano de 2016, sem convênio, o que tem prejudicado o andamento das atividades, alterando completamente o planejamento de todas as ações da escola, bem como o comprometimento e atrasos nos compromissos assumidos pela AFEFARP. Essa situação ocorreu a partir de:

Em 2010 tivemos um ruptura muito grande com a dilatação do pagamento, porque foi assinado o convênio aí nós recebemos apenas 4 parcelas, das 11 previstas, ficando 7 parcelas pendentes, naquele ano, o que corresponde a uma pendência de 66% dos recursos do convênio. (Entrevistado H).

Cabe destacar que o nesse período o Estado do Amapá era governado pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT, que ganhara as eleições em 2002, da Candidata do Partido dos Trabalhadores PT. Em 2006, o candidato do PDT foi reeleito, iniciando seu novo mandato, tendo sido licenciado em 2010 para concorrer àquelas eleições, assumindo o Governo, o Vice-Governador do Partido Progressista PP.

Em 2010 a aliança liderada pelo PP foi derrotada, nas eleições majoritárias, pela aliança liderada pelo PSB, que a partir dessa nova gestão, o movimento social organizado em torno da Educação no Campo deu continuidade ao processo de articulação para acessar recursos de direito, Pois:

Com as eleições mudou o governo, no novo governo fomos conversar com o Governador para tratar do repasse que havia ficando em atraso do ano anterior. Ficou acertado pelo novo governo que para evitar atrasos no ano letivo que estava começando, foi proposto para a RAEFAP, que seria firmado um novo convênio com o mesmo valor do ano anterior, que posteriormente tratariam das pendências. Em 2011 foi assinado um novo convênio, o governo foi fazendo a liberação das parcelas de forma irregular, com atrasos de pelo menos de 3 meses entre cada parcela, tendo sido finalizado o ano com parcelas em atraso, o que resultou em um aditivo para que fosse feito o repasse das parcelas atrasadas.

O convênio em 2012 foi assinado com o mesmo valor, porém com atraso no repasse e, sempre aditivando para o repasse no ano seguinte, sem conseguir realizar qualquer pagamento referente ao ano de 2010.

Para o convênio de 2013, a assinatura ocorreu apenas no mês de julho, pois os repasses de 2012 foram integralizados apenas no mês de abril de 2013. Com a assinatura em julho, o governo dividiu o repasse em 12 parcelas, porém contando a partir de julho com término em junho de 2014, sem efeito retroativo, mas com um atraso acumulado desde janeiro. Como as escolas já vinham em situação difícil, desde 2010, pois os funcionários não receberam seus salários, não tendo sido recolhidos os encargos sociais, e até hoje está assim. (Entrevistado H).

Para as eleições de 2014, saiu vencedor o candidato do PDT, derrotando seu adversário político do PSB, o qual tentava a reeleição.

Com as eleições de 2014, houve mudança de governo, e com ela 2 parcelas do convênio em atraso. Os representantes das Efás, na Raefap em reunião com o novo governo, ouviram que seriam feitos os repasses

referentes ao ano em curso, de 2015, e que faria uma consulta à procuradoria do Estado para identificar a legalidade do repasse das duas parcelas do ano anterior.

Para o repasse de 2015, ao finalizar o convênio, havia atrasos nas parcelas de março e do mês de junho, que somadas às duas anteriores, o atraso era de 4 parcelas. O referido convênio foi aditivado por mais 60 dias para sanar o convênio, cuja prorrogação não resultou no repasse financeiro, o movimento das Efas tentou no aditivo que foi negado pelo governo, mais que se comprometeu a resolver a situação, porém sem indicativo de como resolver tais pendências. (Entrevistado H).

A falta de recursos financeiros impede que a escola garanta a efetivação dos instrumentos de aprendizagem voltada para atingir o desenvolvimento local, que se realiza por meio da formação dos jovens, suas famílias e demais atores envolvidos, tem como enfoque principal o fortalecimento da agricultura familiar e inserção profissional e empreendedora dos jovens no meio rural. A situação da falta de recursos financeiros pelo não pagamento das parcelas do convênio para as EFAs, por meio da RAEFAP, é a seguinte:

Para o ano de 2010 encontra-se em atraso 07 parcelas; Para o ano de 2013, número de parcelas em atraso 06; Para o ano de 2014, 02 parcelas em atraso; Para o ano de 2015 o número de parcelas em atraso foi de 10 parcelas; Já para o ano de em 2016 ainda não foi assinado o convênio, ou seja, já somam 06 parcelas.

A partir de janeiro de 2016 foram realizadas novas reuniões com os agricultores, no âmbito de suas entidades mantenedoras das Escolas e, com a Raefap, decidiu-se por continuar tentando resolver toda essa problemática pela via administrativa, evitando inicialmente judicializar a questão. (Entrevistado H).

Atualmente existe uma intensa mobilização em torno do movimento das Escolas Famílias, e de todos os envolvidos com esse projeto, pais, alunos, agricultores, associados, funcionários e suas famílias no sentido de solucionar a problemática, evitando, com isso que mais uma vez a população do campo seja penalizada pelas mazelas da gestão pública ineficaz. Esta que penaliza os que menos têm, mas que lutam e buscam melhores condições de vida por meio da educação no lugar onde vivem, que são os alunos e seus pais. Só quem não quer considerar isso é o governo e seus agentes.

Atualmente a Presidente da RAEFAP é a senhora, Maria da Conceição Magave Miranda, agricultora da comunidade de 7 ilhas, na Perimetral Norte, Estado do Amapá – Brasil, a qual está enfrentando uma das maiores dificuldades já postas

ao movimento não apenas para as EFAs, mas também para a Educação do campo neste Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do campo faz o diálogo com a teoria pedagógica, com a realidade dos camponeses e do conjunto da população trabalhadora do campo (ribeirinhos, extrativistas, pescadores, indígenas e quilombolas), buscando uma formação humana e, sobretudo segundo Caldart (2004, p.18) de “construir uma educação do povo no campo e não apenas com ele, nem menos para ele”.

A contribuição que a Pedagogia da Alternância proporciona ao homem do campo por meio das Escolas Famílias Agrícolas é de fundamental importância, pois possibilita aos filhos e filhas dos agricultores, aliam períodos de trabalhos nas propriedades e de estudo na EFA, fazendo com que os alunos permaneçam junto à família e possam dar continuidade a sua formação.

A Pedagogia da Alternância na Escola Família Agrícola do Pacuí, dá-se pelo envolvimento das famílias, comunidades e ex-alunos nas atividades que ela desenvolve, a fim de buscar a melhoria da qualidade de vida dos alunos da zona rural do estado do Amapá. No entanto, atualmente apresenta dificuldades financeiras para a consecução das atividades de forma plena.

Por meio da organização das Associações mantenedoras das Escolas Famílias, os Agricultores e demais envolvidos com o projeto, objetivando consolidar a Pedagogia da Alternância de forma comum, criou-se a Rede das Escolas famílias do Amapá, tornando-se também um catalizador para a aquisição de recursos financeiros destinados ao projeto EFAs.

Após uma trajetória de sucessos e conquistas, atualmente o projetos EFAs do Amapá, está atravessando os anos mais amargos de sua história, caracterizado pela retirada do apoio estatal ao projeto que durou mais 15 de anos e nos últimos cinco anos vem retirando esse apoio gradativamente, deixando a Associação Mantenedora sem possibilidades de recorrer a outras fontes de financiamento para o projeto.

PEDAGOGY OF ALTERNATING IN AMAPÁ:

a study in the School of Family Farm Pacuí

ABSTRACT

This study aims to share the history of the experience of Pedagogy of Alternating in Amapá, and discuss the strategies developed by farmers in the application of collaborative actions School and Families, breaking the isolation between the school environment and the family in the training / qualification of its children School Agricultural Family of Pacuí (EFAP). The methodology included documentary and bibliographic research, and semi-structured interviews with the founders farmers EFAP. The results indicate that the pedagogical theory dialogue with the reality of the field, increasing the permanence of young people with their families.

Keywords: Pedagogy of Alternation. Amapá. School Pacuí family.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Francisco de Assis Carvalho de. **A experiência educativa de uma Casa Familiar Rural e suas contribuições para o desenvolvimento local**. Belém: Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Socioambiental, UFPA/NAEA, 2005.

ALVES, Maria Abadia; JUZWIAK, Aleksander Ridel; NATALI, Leonardo Mello. **Projeto Conexão Local: Escolas Famílias Agrícolas e Agroextrativistas do Amapá**. Relatório Final - EMBRAPA, Macapá, 2010.

AMAPÁ. **Lei nº 0905**, de 20 de julho de 2005. Dispõe sobre o Programa de apoio técnico-financeiro às Escolas Família do Amapá. Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. Macapá, 2005.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação para as novas relações de trabalho no campo. **Seminário Educação no meio rural** (Anais). Brasília: INEP, 1982.

BEGNAMI, João Batista. **Uma geografia da pedagogia da alternância no Brasil**: Brasília: Cidade, 2004. (Unefab Documento Pedagógico).

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M., CALDART, R.; MOLINA, M. (Orgs). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 147-158.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CORDEIRO, N. K. Georgina; REIS, Neila da Silva; HAGE, Salomão Mufarrej. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

CPT. Boletim: Enxada. In: História das EFAs no Amapá, 1982-1992. Arquivos CPT-AP. Macapá, 1982, 1983, 1988, 1989.

EFAP. PROGRAMMI NON GOVERNATIVI. Arquivos da Escola Família Agrícola do Pacuí. Itália, 1985, 1987.

_____. Escola Família Agrícola do Pacuí. **Projeto Político Pedagógico da Escola Família Agrícola do Pacuí.** Macapá, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GIMONET, Jean Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS.** Tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e de Orientação. In: **Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância**, 1., 1999, Salvador. Anais. Salvador: União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil, 1999, p. 39-48.

_____. A alternância na formação: Método pedagógico ou novo sistema educativo? A experiência das Casas Familiares Rurais. Maisons Familiares Rurales". In: DEMOL, Jean; Noel; PILON, Jean-Marc. **Alternance, Developpement Personnel et Local.** Paris: L'Harmattan, 1998, pg. 51 - 66. Tradução de Thierry De Burghgrave.

HAGE, Salomão Mufarrej. Classes Multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/Região Amazônica. In: HAGE, Salomão Mufarrej (Org). **Educação do Campo na Amazônia: Retratos e realidades das Escolas Multisseriadas no Pará.** Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005.

NEVES, Bruna Picanço. **Atuação do monitor (a) na Pedagogia da Alternância: Um estudo na Escola Família Agrícola - EFA do Pacuí, no Amapá.** TCC, Curso Licenciatura em Ciências Agrárias, Universidade do Estado do Amapá-UEAP, Macapá, 2015.

NOSELLA, Paolo. **Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil.** Vitória: EDUFES, 2012.

_____. **As origens da Pedagogia da Alternância.** Brasília: UNEFAB, 2007.

OLIVEIRA, Marcos Marques de (Org). **Vozes e visões do campo**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

PINTO, Manuela Pereira de Almeida; GERMANI, Guiomar Inez. O Território da Educação do Campo: as escolas famílias agrícolas. **Encontro de Geógrafos da América Latina**. Perú, 2013.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, Trabalho e Educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, U. R. L. **Relações de Trabalho na atividade produtiva do Mel nas Comunidades de São Pedro dos Bois e Inajá do Píririm**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2010.

SOUZA, Hildete Margarida de. **Processo de Construção do Projeto Político Pedagógico**: um estudo na EFA do Pacuí. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova Lisboa, Portugal. Mestrado Internacional em Educação, Lisboa, 2003.

UNEFAB, União Nacional das Escolas Famílias do Brasil. **Pilares da Pedagogia da Alternância**. Disponível em:
<http://www.unefab.org.br/p/efas_3936.html#.VY4Oc_IVjkY>. Acesso em: 03 fev. 2015.

Correspondência:

Uédio Robds Leite da Silva. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professor da Universidade Federal do Amapá Campus Oiapoque (UNIFAP) no Curso de Licenciatura em Geografia. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Educação na Amazônia Amapaense (GEPEA). Email: uedio.leite@gmail.com

Vitor Sousa Cunha Nery. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Professor da Universidade do Estado do Amapá (UEAP) no Curso de Licenciatura em Pedagogia. Líder do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Educação na Amazônia Amapaense (GEPEA). Email: vitor.nery@ueap.edu.br

Recebido em: 30 de junho de 2016.

Aprovado em: 19 de outubro de 2016.